



ISABELLE ARAÚJO/MEC

Já as escolas municipais que adotam método são 53%

93% das escolas públicas estaduais adotam protocolos antirracismo

O levantamento do Diagnóstico Equidade 2026 , promovido pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), mostra aumento da presença de protocolos formais para casos de racismo nas redes públicas de ensino. Entre as redes estaduais, a presença desses instrumentos passou de 59% para 93%. Nas municipais, o percentual foi de 36% para 53%.

O dado indica que as secretarias de educação do país estão adotando procedimentos formais para agir diante de episódios de discriminação racial dentro do ambiente escolar.

Segundo a coordenadora-geral de Educação para Relações Étnico-Raciais da Secadi, Lara Villela, a formação dos profissionais é parte do processo de implementação dos protocolos de identificação e resposta ao racismo.

SUS amplia oferta de trombolíticos

O Sistema Único de Saúde (SUS) vai ampliar a oferta de medicamentos trombolíticos na rede de urgência e emergência, incluindo as unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192). O maior acesso ao tratamento pelas pessoas com Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) e o Acidente Vascular Cerebral (AVC) isquêmico está previsto na Lei nº 5.972/2023, sancionada na manhã desta quarta-feira (2) pelo presidente da República.

RICARDO STUCKERT/PR



Rapidez no uso do remédio reduz óbitos e risco de sequelas

Cai número de assassinatos no campo

O Brasil teve mais conflitos agrários no primeiro semestre deste ano, mas o número de pessoas assassinadas no campo diminuiu em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (2) pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que aponta o aumento da mercantilização e da financeirização da terra no país.

Nos primeiros seis meses deste ano, a comissão contabilizou seis assassinatos no campo, enquanto, de janeiro a junho de 2025, foram 27.

Número de conflitos, no entanto, sobe

O número de conflitos, por outro lado, subiu de 798 para 841. O Maranhão se manteve como o estado que mais registrou conflitos no campo nos seis primeiros meses de 2026, com 156 casos. Na sequência, estão Pará (90), Bahia (85), Rondônia (63) e Amazonas (63). Os dados relativos ao primeiro semestre de 2026 servirão para avaliação das tendências dos conflitos no campo neste ano.

Água mineral I

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, na quarta-feira (2), a interdição cautelar da água mineral sem gás da marca Vitoriosa. Laudo emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels detectou resultado insatisfatório no ensaio microbiológico, com detecção de coliformes totais em 250ml do produto.

Água mineral II

O produto não deve ser consumido ou comercializado até que seja comprovada a sua segurança. O produto é fabricado pela GEPE Agroindústria Ltda, localizada em Engenheiro Paulo de Frontin (RJ), com o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ): 08.144.303/0001-90. A resolução foi publicada na quarta-feira.

Produtos de limpeza

A Anvisa também suspendeu, na quarta-feira (2), a fabricação de produtos de limpeza na unidade da empresa Unilever, em Vinhedo, São Paulo.

De acordo com a agência reguladora, o objetivo é assegurar que futuros lotes dos produtos da empresa disponibilizados à população não ofereçam risco à saúde pública.

Vacina de mRNA

No dia 20 de agosto, a Anvisa autorizou o estudo clínico da Fundação Oswaldo Cruz de vacina para Covid com uso de mRNA. O estudo de Fase 1 tem o objetivo de avaliar a segurança e a imunogenicidade do reforço vacinal com a vacina COVID19 (mRNA) de Bioman-guinhos/Fiocruz em participantes adultos saudáveis.

Operação nacional

A Polícia Federal deflagrou, nesta quarta-feira (2), a Operação Nacional Proteção Integral V, em parceria com as Polícias Civis de 20 estados, para identificar e responsabilizar investigados por crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes. São cumpridos, simultaneamente, mandados de busca e apreensão em 27 unidades da Federação.

Prouni

Os participantes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos (Prouni) para o segundo semestre de 2026 já podem consultar o resultado da lista de espera. Para saber se foi selecionado, o estudante que manifestou interesse nesta fase do programa deve acessar o site do Prouni, por meio da conta Gov.br.



A iniciativa é uma alternativa produtiva para áreas florestais

Mercado de carbono ajuda a modernizar conservação

Floresta em pé ajuda proprietários e preserva meio ambiente

Da **Redação**

No município de Caracará, em Roraima, um modelo de conservação aliou inovação tecnológica e ações socioambientais para garantir longevidade e competitividade no mercado de carbono em uma área de 14 mil hectares. A iniciativa, promovida pela empresa paulista de soluções para descarbonização ZEG (Zero Emission Goal), é uma alternativa produtiva para áreas florestais que ainda mantêm vegetação nativa e que estão sob pressão do desmatamento legal, a principal fonte de emissão de gases do efeito estufa no Brasil.

O acúmulo desses gases na atmosfera é apontado como a causa para o aquecimento global, as mudanças climáticas e o aumento da recorrência de eventos climáticos extremos.

Segundo o diretor-presidente da ZEG, Carlos Jacob, a área pertence a um produtor rural de soja de Goiás que havia solicitado ao Estado a autorização para desmate legal.

“O proprietário comprou essa área logo depois que Roraima passou por uma redução da reserva legal”, diz.

O Código Florestal (Lei 12.651/2012) prevê que esta-

dos como Roraima, onde mais de 65% do território é formado por unidades de conservação, podem reduzir a reserva legal do bioma para 50% nas propriedades privadas, desde que haja um zoneamento ecológico econômico.

Na área onde o modelo de conservação foi implementado o bioma é amazônico e, portanto, a reserva legal seria de 80% dos 14 mil hectares. Mas, como o estado de Roraima concluiu o zoneamento ecológico-econômico em 2022, o proprietário passou a ter direito de desmatar metade da área para plantar soja.

“A gente ficou sabendo que ele estava com esse pedido de supressão da área. Então, a gente contatou o produtor e no começo ele ficou bastante com dúvidas se esse era o caminho a seguir, mas ele acreditou no nosso projeto e decidiu embarcar”, conta Jacob.

A proposta apresentada pela empresa ao produtor rural previa um modelo inovador com investimentos em tecnologia de monitoramento e prevenção de incêndio, programa socioambiental voltado às comunidades coletoras de castanha-do-Pará do entorno e todo o processo de certificação dos estoques de carbono existentes.